**UM ESTUDO SOBRE A SÍNDROME DE DOWN: IMPLICAÇÕES E DESAFIOS PARA INCLUSÃO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

**INTRODUÇÃO**

A educação, hoje, é um direito de todos os cidadãos, sem qualquer distinção de natureza. Por esse mesmo motivo, as instituições de ensino funcionam de maneira dinâmica e interdependente, e, por isso, deve trabalhar de forma coletiva para que garanta uma educação de qualidade para os seus educandos, de modo a atender a todos e suas particularidades, não obstante, tendo em mente que a aprendizagem é feita individualmente e consequentemente, em tempos diferentes. No entanto, a inclusão do aluno com deficiência se mostra mais um desafio à educação. Diante disto, surge a necessidade de reconhecer as diferenças, respeitá-las e buscar propostas e estratégias de ensino que contribuam para o processo de alfabetização, já que este é de extrema importância para o desenvolvimento pleno da criança e do adolescente.

 Em suma, o presente artigo tratará, de maneira breve, como a questão da deficiência foi tratada ao longo dos anos para compreender o seu processo de evolução até chegar à inclusão nos dias atuais. Por conseguinte, dar-se-á ênfase nas características especificas da criança com Síndrome de Down. Por fim, sabendo que a alfabetização de crianças com Síndrome de Down é um processo que exige algumas especificidades, para enriquecer a teoria utilizada e contemplar exemplos práticos, foram elencados algumas estratégias e propostas que contribuem para as diferentes áreas do conhecimento, de forma lúdica e dinâmica.

1. **Retrospectiva histórica da pessoa com deficiência e desafios a serem superados**

Na antiga Grécia, as crianças eram vistas e tratadas como inferiores, tampouco dignas de vidas. Naquela época, mais se prezava pela beleza do corpo, e, por isso, crianças fortes e saudáveis poderiam crescer e se desenvolver, entretanto, as que possuíam qualquer tipo de deformidade ou fragilidade eram abandonadas pela família logo após seu nascimento.

Durante o Cristianismo, a Igreja Católica abrigava as crianças com deficiência em troca do dízimo – tudo era feito na intenção de lucrar –, pois, aos pais, era previsto penas corporais e espirituais caso viessem a pecar, ou em outras palavras, descartar os seus filhos ou expô-los.

Em vista disso, no período da Idade Média, a criança fora retratada como adulto em tamanho reduzido, ou “adulto em miniatura”. Por não haver distinções entre o adulto e a criança, crianças trabalhavam nos mesmos locais, praticavam o mesmo ofício, e até usavam as mesmas roupas que homens adultos. Ou seja, cabia a elas aprender as tarefas do dia a dia, a servir e trabalhar etc. A criança era, portanto, diferente do homem no tamanho e na força, mas se igualavam em outras características. A infância, por outro lado, fora caracterizada pela inexperiência, dependência e incapacidade pois as crianças não tinham as mesmas compreensões que um adulto.

Foi, então, somente no final do século XVI que pode-se notar as primeiras mudanças acerca do conceito de infância. Uma das maiores influências para tal mudança adveio da Igreja, que teve papel fundamental ao associar a imagem das crianças com a de anjos, refletindo inocência e pureza, impondo uma necessidade de amá-las e tornando a educação obrigatória, contrariando a indiferença existente a tanto tempo. O fim deste século foi o início da evolução do direito menorista, onde começaram a falar na fragilidade da criança, nas suas peculiaridades e a se preocupar com a formação moral e construção da mesma.

Atualmente, houve uma profunda mudança no paradigma, sendo a criança reconhecida como humano em processo de desenvolvimento, íntegra de uma tutela especifica. Nesse contexto, a história dos Direitos da criança é, antes de tudo, fruto de um processo de lutas e conquistas que representam o nosso progresso enquanto humanidade. Assim, a preocupação com a proteção e a qualidade de vida para a infância e a adolescência integram documentos importantíssimos para a efetivação e continuidade do processo de desenvolvimento destes.

1. **Características da Síndrome de Down**

A Trissomia do cromossomo 21 (T21) pode ser entendida como uma desordem genética, resultado de uma alteração genética numérica em que ocorre um erro na divisão celular durante a divisão embrionária. Sendo assim, no lugar de possuírem dois cromossomos 21, possuem três.

No ano de 1866, o médico britânico John Lagdon Haydon Down notou algumas semelhanças físicas entre crianças e o povo da Mongólia, mesmo estas sendo filhas de pais europeus. A partir disso, pessoas com T21 foram estigmatizadas e chamadas de mongóis ou mongoloide.

O médico e cientista brasileiro, Drauzio Varella, listou algumas dessas características físicas, ressaltando: rosto arredondado, olhos com linha ascendente, raiz nasal achatada, mãos pequenas e dedos curtos, prega palmar única, orelhas pequenas e baixa estatura. Além disso, as crianças com essa síndrome possuem hipotonia, que condiz à diminuição do tônus muscular, protusa, que é a língua para fora da boca e atraso na articulação da fala. Essas são as características mais marcantes, porém existem outras que variam de pessoa para pessoa dependendo da intensidade da síndrome, mas todos possuem deficiência intelectual associada à síndrome e, por isso, aprendizagem mais lenta.

Todavia, no ano de 1958, um médico francês, Dr. Lejeune, descobriu que as pessoas descritas pelo médico britânico Dr. Down, acima citado, tinham uma síndrome genética, e, por isto, veio a pauta como Síndrome de Down.

Segundo dados Centers of Disease Control and Prevention (Centro de Controle e Prevenção de Doenças), a desordem genética, mais conhecida como Síndrome de Down, é a alteração genética mais comum que existe no mundo inteiro, sendo uma criança com T21 a cada 700 nascimentos.

1. **Estratégias de inclusão**

A Síndrome de Down é uma limitação que impõe múltiplos desafios não apenas para a criança, mas também a todos os seus familiares.

A Educação Infantil é uma etapa de suma relevância para o desenvolvimento de qualquer indivíduo, sendo a sua ausência prejudicial para a vida futura. relevante para o desenvolvimento de qualquer indivíduo. Logo, a entrada da criança com Síndrome de Down na educação infantil costuma trazer resultados proveitosos, sobretudo se a instituição está preparada para promover a inclusão.

No que se refere à inclusão da criança com Síndrome de Down no âmbito escolar, compreende-se que esse ainda é um processo muito árduo, entretanto, cabe destacar que a legislação brasileira estabelece que a inclusão escolar deve ocorrer desde a educação infantil, relativamente ao público-alvo que concerne à educação especial.

Maria Antonie Voivodic, autora da obra A Inclusão Escolar de Crianças Com Síndrome De Down (2007), os indivíduos com Trissomia do Cromossomo 21, têm como uma de suas características marcantes, a deficiência intelectual, o que, segundo ela, demonstra a importância da sua educação e a complexidade desta, que por sua vez, não é algo impossível. Pois, segundo Vygotsky, psicólogo e pensador, “o indivíduo não deve ser compreendido como algo insuficiente, mas como uma constante interação entre o organismo e o meio’’.

Para tanto, o principal objetivo da inclusão é reconhecer as diferenças, sendo a diversidade estado humano propicio ao aprendizado. Diante disto, há de se ter em mente que a inclusão institucional demanda ter como prioridade os alunos especiais, buscando, em uma eterna constante, alternativas sobre como oferecer e garantir uma educação que lhes permita aprender e se desenvolver moralmente e socialmente.

A partir dessas ideias, infere a educação especial num panorama inclusivo em consonância à educação infantil, primeira etapa da educação, como modo de reconhecer que todos os alunos, enquanto ser em processo de desenvolvimento, independentemente da idade ou condição biológica, são sujeitos de direitos capazes de se desenvolver em vários aspectos que diz respeito a civilização.

Para tanto, no que tange à presença da criança com deficiência na educação infantil, pode-se salientar que essa compleição é de extrema importância para o desenvolvimento da alteridade nos indivíduos, uma vez que eles se tornam mais empáticos na medida em que se assemelham de características tipicamente humanas mediante contato direto com outros seres de sua espécie, isto significa que, através de outros, constituímo-nos ininterruptamente.

A vista disso, sabe-se que é dever da escola adaptar-se às necessidades dos alunos, de modo a receber todos e propiciar a estes uma aprendizagem significativa, que possibilite a cada um o desenvolvimento de suas habilidades – físicas e motoras, aprendizados significativos para sua vida social, intelectual e prática. Realça-se, assim sendo, que a educação infantil precisa ser em um ambiente rico de experiências sociais, culturais, intelectuais, físicas, motoras, psicológicas, onde a criança consiga entrar em contato irrestrito no mundo, pois desde as primeiras semanas de vida, as ações externas dos demais vão sendo interiorizadas pela mesma e vão se tornando ações internas.

Portanto, a perspectiva da educação inclusiva é pensar na escola como um ambiente que compreende e reconhece as diferenças entre cada criança, e que essas distinções sejam mola propulsora para novas ações, objetivando fazer com que esses indivíduos participem de modo global e integral do cotidiano escolar, bem como que se tornem cidadãos de iguais direitos.

**CONCLUSÃO**

 O cenário da inclusão, como demonstrado, vem evoluindo todos os dias e ao longo dos anos, buscando a não exclusão escolar da criança em vista de sua deficiência e, principalmente, propondo ações que garantam o acesso e a permanência do aluno com deficiência no ensino regular.

 Em prol de um ambiente inclusivo, é preciso despertar a consciência e a dedicação de todos os envolvidos nessa questão – a instituição, os professores, os pais, o Estado e a comunidade –, sem preconceitos, sem distinção de raça, classe, gênero ou características pessoais para que a escola se torne aberta às diferenças e competente para trabalhar com todos os educandos. Portanto, todos devem estar comprometidos em fazer a diferença, utilizando de recursos adequados para oferecer aos indivíduos uma educação de qualidade, como por exemplo: estrutura ambiental regulada, suporte e serviços psicopedagógicos, atividades desportivas, culturais etc., que interagem e dão sustentação ao processo que se desencadeia na sala de aula e tem como atores os alunos e professor.

 Somente assim, a inclusão de alunos com deficiência será efetivada, garantindo o direito à educação previsto por documentos importantíssimos que asseguram uma tutela especifica às crianças e adolescentes com deficiência.